

Defesa de Cid mira soltura sob pressão bolsonarista



O tenente-coronel Mauro Cid depõe na CPI sobre o B/1 da Câmara Legislativa do DF. Pedro Ladeira - 24 ago. 23 / Folha Press

Defesa de Mauro Cid mira soltura enquanto negocia detalhes de sua delação

Advogado de ex-auxiliar de Bolsonaro diz que tratativas estão em andamento; Moraes pode decidir sobre o caso nos próximos dias

Constança Rezende

BRASÍLIA A defesa de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), pediu sua liberdade provisória ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), em meio à negociação de delação premiada que pode atingir o ex-presidente.

O pedido foi feito após ele manifestar no ministério na última quarta-feira (6) a intenção de firmar um acordo com os investigadores. Preso há mais de quatro meses no Batalhão do Exército de Brasília, Cid era um dos assistentes mais próximos de Bolsonaro e adotou postura de maior cooperação com autoridades policiais após mudar de advogado, em agosto.

O atual responsável pela defesa do tenente-coronel do Exército, Cezar Bittencourt, disse à Folha nesta sexta-feira (8) que as tratativas sobre o acordo ainda estão em andamento. "Não fechamos, estamos conversando sobre os detalhes, mas isso [vai ficar] para a semana que vem", afirmou.

Cid foi preso em operação da Polícia Federal sob suspeita de ter falsificado cartões de vacinação de Bolsonaro e familiares. O tema é um dos focos sobre os quais a PF demanda mais detalhes — principalmente relacionados ao envolvimento do ex-presidente.

O militar também é investigado em outros casos, como o do vazamento de dados sigilosos sobre a urna eletrônica e os ataques golpistas do 8 de janeiro. De acordo com relatos feitos por aliados de Bolsonaro nas últimas semanas, ex-assessor está preocupado com a família e poderia falar o possível para sair da prisão.

O acordo de Cid foi aceito pela Polícia Federal, mas ainda precisa ser homologado por Moraes. A decisão pode ocorrer nos próximos dias. A proposta também deverá ser analisada pela PGR (Procuradoria Geral da República) que, procurada, afirmou que "o processo corre sob sigilo". A decisão de Moraes independe da posição do órgão. Segundo pessoas próximas às investigações, para o acordo de delação de Cid ser aprovado, as autoridades preci-

sam avaliar que há novidade e provas quanto às informações apresentadas.

A delação não pode fundamentar sentenças sem que outras informações corroborem as afirmações feitas. Os relatos devem ser investigados, assim como os materiais apresentados em acordo.

Em meio às negociações, outro assessor de Bolsonaro, Max Guilherme Machado de Moura, foi liberado na quinta (7) por decisão de Moraes. Ele havia sido preso no mesmo dia que Cid e agora cumprirá medidas cautelares, passando a ser monitorado por meio de tornozeleira eletrônica.

A suspeita é de que Max teria participado do esquema de fraudes no sistema do Ministério da Saúde. Ele confirmou, em depoimento à PF, ter emitido seu certificado de vacinação como se estivesse imunizado mesmo sem ter recebido doses contra a Covid. Também são esperadas contribuições de Cid sobre o papel dos envolvidos no escândalo das joias, em que houve suposto desvio, venda, compra e devolução de presentes de alto valor recebidos por Bolsonaro de autoridades estrangeiras.

A PF incluiu Cid entre os responsáveis pelo que classificou de "operação resgate", executada por alguns dos principais aliados do ex-presidente para reaver nos Estados Unidos joias anteriormente vendidas, mas que autoridades brasileiras consideraram pertencer ao patrimônio público do país.

A acusação é a mais preocupante para o entorno do ex-presidente, por aproximadamente um suposto esquema de desvio de dinheiro público.

Também podem ser abordados na colaboração detalhes sobre documento encontrado no celular de Cid que continha um plano de golpe para reverter a eleição de Lula (PT).

Foram identificadas menções em que um oficial das Forças Armadas pede que Cid convença Bolsonaro a ordenar uma intervenção militar.

A proposta de delação foi feita após ilares e vindas do advogado de Cid sobre a disposição de implicar Bolsonaro. Menos de um mês após assumir a defesa do militar, Bit-

“Não fechamos [a delação], estamos conversando sobre os detalhes, mas isso [vai ficar] para a semana que vem”

Cezar Bittencourt, advogado de Mauro Cid

tencourt acumulou recusos em versões e chegou a afirmar que a possibilidade de Cid fazer uma delação era "zero".

No dia 3, Cid prestou depoimento de dez horas à PF sobre as joias. No dia seguinte, o advogado disse que ex-ajudante de ordens "assumiu tudo" e não incriminou Bolsonaro.

Bolsonaro e a ex-primeira-dama Michelle optaram por ficar em silêncio em depoimentos à PF sobre o caso.

Em meio às notícias sobre o ex-ajudante, Bolsonaro e sua esposa participaram de um culto no DF, na noite desta quinta (7), em que ele chorou e usou o microfone para orar e citar palavras como perseguição. "Vão nos atacar. O Senhor não nos prometeu que seria fácil. O Senhor falou que nós seríamos perseguidos. Todos aqueles que tivessem Cristo como o Senhor salvador seriam perseguidos. E nós estamos sendo perseguidos e injustiçados".

A possível delação provocou reação de aliados de Bolsonaro, como o ex-secretário de Comunicação da Presidência Fábio Wajngarten.

Ele publicou que "não há o que delatar", no X, antigo Twitter, nesta quinta-feira. A declaração foi vista como referência às movimentações de Cid. "A quem possa interessar em pleno feriado de 7 de setembro completamente esvaziado: não há o que DELATAR", afirmou, fazendo referência também aos desfiles do feriado de 7 de Setembro sob gestão do governo Lula.

Wajngarten, que além de assessor é um dos advogados de Bolsonaro, havia sido em defesa de Cid em julho, quando ex-ajudante de ordens de Bolsonaro prestou depoimento à CPI do 8 de janeiro, em andamento no Congresso.

Na ocasião, ele protestou contra o fato de o tenente-coronel estar preso desde maio e disse que o detiveram e "jogaram a chave fora" da prisão.

"Hoje completa 70 dias que ele está preso, sem nenhuma razão que fundamente sua prisão preventiva, providência extrema e que teve o parecer expressamente contrário da PGR — que, ademais, opinou pela revogação da prisão", afirmou Wajngarten.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 4